



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE Informe

Número Especial

Nº 22 – Dezembro de 2011

Perspectivas da Economia Cearense para 2012

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

IPECE Informe - nº 22 - Dezembro de 2011 – Edição Especial

Equipe Técnica

Maria Eloisa Bezerra da Rocha (Coordenadora do documento)

Ana Cristina Lima Maia Souza

Alexandre Lira Cavalcante

Cleyber Nascimento de Medeiros

Daniel Cirilo Suliano

Débora Gaspar Feitosa

Janaína Rodrigues Feijó

Jimmy Lima de Oliveira

Klinger Aragão Magalhães

Nicolino Trompieri Neto

Odorico de Moraes Eloy da Costa

Paulo Pontes

Raquel da Silva Sales

Valdemar Rodrigues de Pinho Neto

Vitor Hugo Miro

Witalo Lima Paiva

Francisco Ailson Alves Severo Filho (SEPLAG)

Avilton Junior (SEPLAG)

Revisão: *Laura Carolina Gonçalves*

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Esse documento traz uma análise do cenário internacional e nacional em 2012 e seus possíveis rebatimentos na economia local. São apresentadas informações sobre projeção do PIB do Ceará para 2011/2012 e o comportamento da economia nas áreas industrial, agropecuária, serviços e comércio exterior. Outros temas relacionados a magnitude e composição dos gastos sociais do Ceará previstos para o próximo ano são também discutidos, fazendo-se uma análise pelas principais Secretarias ligadas a área social, assim como o volume dos investimentos nos principais projetos de infraestrutura. Por fim são feitas projeções sobre ritmos de redução da pobreza, desigualdade e o cenário fiscal do Ceará.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. PANORAMA INTERNACIONAL	5
3. CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO	7
4. PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA CEARENSE	9
4.1 Produto Interno Bruto (PIB) em 2011	9
4.2 Produto Interno Bruto (PIB) em 2012	13
4.3 Produção Agropecuária	14
4.4 Indústria Cearense	15
4.5 Serviços, Comércio e Turismo	16
4.6 Comércio Exterior	18
4.7 Finanças Públicas	20
4.8 Cenário Social e de Infraestrutura	22
4.8.1 Social	22
4.8.2 Infraestrutura	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30

1. INTRODUÇÃO

Esse documento apresenta as perspectivas da economia cearense em 2012. A análise é feita considerando o comportamento recente dos diversos setores da atividade econômica assim como o desempenho de alguns indicadores sociais. Para a construção desse cenário, considerou-se a magnitude das despesas de investimentos que serão realizados no Ceará, além das perspectivas dos cenários macroeconômico global e nacional com seus possíveis rebatimentos locais.

Diante o atual cenário mundial, não é tarefa fácil fazer projeções acerca do desempenho das economias, diante das incertezas decorrentes da crise econômica que passam alguns países desenvolvidos (Europa, Estados Unidos e Japão). Os desdobramentos da crise internacional poderão afetar a economia brasileira, seja de forma direta, provocando mudanças na demanda internacional e nos preços dos produtos exportados pelo Brasil, seja de forma indireta, deteriorando as expectativas dos agentes econômicos e, dessa forma, adiando as decisões de investimento e consumo.

Como pode ser observado, a economia brasileira já vem sofrendo os efeitos negativos dessa crise, expressiva principalmente pela redução das expectativas de crescimento econômico projetadas para 2011. Entretanto, o Governo Federal vem fazendo um diagnóstico correto do panorama atual e adotando ações de política monetária e política fiscal adequados, permitindo que o país siga em sua trajetória de crescimento sustentável. Todas essas medidas, aliadas ao momento favorável do mercado interno, vão possibilitar que o País possa enfrentar os efeitos da desaceleração mundial sem incorrer na mesma trajetória recessiva esperada para as economias desenvolvidas no próximo ano.

São esses pressupostos que estão servindo de orientação para a construção de um cenário mais provável para economia cearense em 2012, e, com base neles é que foram elaboradas análises das principais variáveis econômicas que vão condicionar a dinâmica econômica estadual, além é claro, das próprias ações do Ceará ora em curso.

Assim, esse trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo este tópico introdutório. A seção dois versa sobre as perspectivas do cenário mundial em 2012, deixando para o terceiro tópico os comentários sobre o desempenho futuro da economia brasileira. Na quarta seção apresentam-se os rumos da economia cearense, contemplando análises relativas aos setores Agropecuário, Industrial e de Serviços,

Comércio Exterior, Desempenho Fiscal e Cenário Social e de Infraestrutura. No final são feitas as últimas considerações.

2. PANORAMA INTERNACIONAL

As expectativas indicam uma desaceleração no ritmo de crescimento da economia mundial, explicada pela crise da dívida soberana na Europa e pela demora na recuperação da economia dos Estados Unidos.

Diante desse cenário, espera-se um crescimento da economia mundial de 2,6% em 2012, segundo informações contidas no *World-Economic Situation and Prospects*, reforçando as expectativas de manutenção da crise de emprego que vem afetando a maioria das economias desenvolvidas. Na realidade, as medidas fiscais restritivas que vêm sendo adotadas pela maior parte dos países europeus, em resposta aos elevados níveis de déficit fiscal e dívida pública, constituem uma das principais razões que explicam esse arrefecimento da taxa de crescimento, bem como a redução das possibilidades de melhoria no nível de emprego.

Nesse contexto, para os Estados Unidos, projeta-se um crescimento de seu PIB em 1,8%, no ano de 2012, devido, principalmente, ao elevado nível de desemprego, em torno de 9%, o baixo crescimento dos salários e a redução da disponibilidade de crédito pessoal. Com relação à União Européia, o cenário é de um leve crescimento no PIB de 0,7%. Este resultado está amparado nas expectativas de crescimento da Alemanha e França, as duas maiores economias do Bloco, conforme o Quadro 1. A China e a Índia deverão manter um crescimento ainda robusto, mas a taxas inferiores às previsões anteriores, com crescimento de 9% e 7,7% respectivamente.

Vale lembrar que a crise européia tem origem na fragilidade fiscal e vulnerabilidade financeira da região. Como resultado dessa situação, a dívida pública na Eurozona atingirá um nível recorde em 2012, devendo alcançar 88,7% do PIB. Esses países terão que refinarçar cerca de US\$ 1,5 trilhão em dívidas nesse ano, sendo metade delas de papéis italianos, franceses e alemães, com vencimento previsto para o primeiro semestre.

Em dezembro de 2011 foi assinado um acordo com medidas de controle fiscal e mecanismos para sua fiscalização. Por esse acordo, os países da União Européia se

comprometem a incluir em suas constituições o compromisso de equilibrar as contas públicas. Além disso, os países-membros deverão promulgar leis que os obriguem, a médio prazo, a reduzirem a relação dívida pública/PIB a 60%, conforme estabelecido originalmente no Tratado de Maastricht. Note-se que o acordo está impondo mais austeridade, ao invés de estimular o crescimento econômico, sem o qual dificilmente os países poderão gerar receitas para pagar suas dívidas. Assim, o aperto fiscal poderá levar a uma fraca recuperação, inibindo o crescimento e, conseqüentemente, deteriorando os saldos orçamentários. Por essa razão, o cenário internacional para o próximo ano ainda se configura bastante complexo com alta probabilidade de baixo crescimento.

Em termos de comércio internacional, espera-se um aumento da competição internacional por mercados, motivado pelos desequilíbrios do saldo de conta corrente do balanço de pagamentos da maioria das economias. A China, por exemplo, depende fortemente do comércio externo para estimular seu crescimento econômico, razão pela qual deverá manter os superávits em sua corrente de comércio em 2012.

O problema é que tanto os Estados Unidos, principal comprador dos produtos chineses, quanto a Europa, deverão reduzir suas demandas de importações, visando corrigir os déficits na conta corrente do balanço de pagamentos e, ao mesmo tempo, tentar a retomada do crescimento econômico e do emprego doméstico via incremento das exportações. Assim, espera-se um ambiente muito mais competitivo em termos de comércio internacional, motivado pela procura por novos mercados, como já citado. Esses movimentos poderão ter efeitos adicionais sobre a economia brasileira como se observa na seção seguinte.

O Quadro 1 apresenta as estimativas para 2012, relativas aos principais agregados macroeconômicos da economia mundial, destacando as previsões econômicas de nove países.

Quadro 1: Indicadores econômicos - Mundo e países selecionados - 2011 - 2012

Países Selecionados	Crescimento Econômico (%)		Inflação (% a.a.)		Taxa de Desemprego (%)		Saldo em Conta Corrente (% do PIB)		Resultado Fiscal (% do PIB)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Mundo (1) (2)	2,8	2,6
Estados Unidos	1,5	1,8	3	1,2	9,1	9	-3,1	-2,1	-6,4	-5
Alemanha	2,7	1,3	2,2	1,3	6	6,2	5	4,9	-1,4	-0,9
França	1,7	1,4	2,1	1,4	9,5	9,2	-2,7	-2,5	-3,8	-2,8
Itália	0,6	0,3	2,6	1,6	8,2	8,5	-3,5	-3	-2,6	-1,1
Reino Unido	1,1	1,6	4,5	2,4	7,8	7,8	-2,7	-2,3	-6,3	-4,7
China	9,5	9	5,5	3,3	4	4	5,2	5,6	-1,8	-0,09
Japão	-0,5	2,3	-0,4	-0,5	4,9	4,8	2,5	2,8	-8,1	-7,6
Índia	7,8	7,5	10,6	8,6	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-8,3	-8
Brasil	2,97	3,4	6,4	4,7	6	6,1	-2,3	-2,5	-2,18	-1,65

Fonte: FMI e Ministério da Fazenda, disponível em Ministério da Fazenda-Economia Brasileira em Perspectivas - Ago-Outubro/2011. Para o crescimento econômico do Brasil, foram utilizadas as estimativas do Relatório Focus (9/12/2011)/BACEN.

Notas:

- (1) Informações contidas no *World-Economic Situation and Prospects 2012-Global Economic Outlook*.
(2) (...) Informações não disponíveis.

3. CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

Espera-se que a economia brasileira experimente um crescimento relativamente mais robusto em 2012, do que a maioria dos países de economias desenvolvidas, em torno de 3,4% (Quadro1). Esse cenário se reforça pela perspectiva de que os possíveis desdobramentos da crise financeira internacional poderão ser menos sentidos pela economia brasileira. Ao lado disso, o governo tem adotado políticas contracíclicas, como redução dos juros, reforço do crédito, incentivos fiscais e tributários, ganhos reais do salário mínimo etc, que resultarão em estímulos adicionais de expansão no PIB no próximo ano.

Com relação à taxa de inflação, que vinha desde outubro de 2010 num patamar anualizado de 9%, ela começou a ceder a partir de maio/2011, devido às medidas adotadas e à redução no preço das *commodities*, devendo chegar ao final de 2011 no limite superior da banda que é de 6,5%. Na verdade, dado o cenário básico de relativa estabilidade da taxa de câmbio, a expectativa de continuidade de queda ou de acomodação dos preços das *commodities* permite antecipar uma influência benigna das variáveis externas sobre a inflação ao longo de 2012. Esses fatores justificam para o próximo ano uma estimativa de convergência da inflação medida pelo IPCA, para o centro da meta (4,5 %) segundo Relatório Focus/Banco Central, assegurando, dessa forma, o poder de compra dos trabalhadores, com impactos positivos sobre a demanda agregada e o nível da atividade econômica.

Desde a reunião do Copom, em setembro de 2011, a taxa de juros SELIC vem apresentando queda. Esse movimento descendente é consequência da substancial piora da economia externa, desaceleração da atividade econômica e crescimento menos intenso do emprego formal na economia brasileira. Com os efeitos deflacionários da piora do cenário internacional, bem como o baixo risco de um eventual descontrole inflacionário, a tendência de queda da taxa de juros SELIC será mantida para o ano 2012, com previsão de fechar o ano com 9,69 %, como indica o Relatório Focus/Banco Central.

Em relação ao comércio exterior do Brasil, em novembro de 2011, as exportações e as importações registraram cifras de US\$ 21,7 bilhões e US\$ 21,2 bilhões respectivamente, resultando em um superávit comercial de US\$ 583 milhões. Embora tenha sido baixo em termos absolutos, este saldo representou um crescimento de 91% em relação ao resultado de novembro de 2010, de acordo com o Relatório Focus/Banco Central. Em doze meses, o saldo comercial acumulou US\$ 31,3 bilhões, com crescimento de 84,3% em relação aos doze meses imediatamente anteriores.

Para 2012, projeta-se uma menor expansão das exportações brasileiras e um crescimento das importações em um ritmo maior do que as exportações, devido, principalmente, à projeção de expansão mais acelerada do consumo doméstico, relativamente ao ano de 2011. Isso faz com que as estimativas de mercado para o Saldo da Balança Comercial de 2012 seja de US\$ 17,95 bilhões, menor do que o saldo observado em 2011 (Relatório Focus).

Quanto à Política Fiscal, segundo dados da Secretária do Tesouro Nacional (STN), o setor público consolidado apresentou superávit primário de R\$ 118,6 bilhões até outubro de 2011, correspondendo a mais de 90% da meta definida para o ano todo de 2011, estabelecida em 2,9% do PIB. Vale lembrar que no início do ano, foi anunciado um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento de 2011 com o objetivo de cumprir integralmente a meta de superávit primário. Adicionalmente, em agosto/2011, o governo decidiu aumentar em R\$ 10 bilhões (de R\$ 118 bilhões para R\$ 128 bilhões) a meta de superávit primário, que deverá encerrar o ano em, aproximadamente, 3,2% do PIB. Segundo, ainda, o Relatório Focus, a meta de superávit primário do setor público estabelecida para 2012 é de 3,1% do PIB, mas poderá ser revista caso haja necessidade

de ampliação dos investimentos públicos para estimular a economia e, dessa forma, contrabalançar os efeitos negativos provocados pelo agravamento da crise internacional.

A dívida líquida do setor público (DLSP), por sua vez, que envolve a consolidação de obrigações e haveres financeiros de todo o setor público não financeiro, atingiu, em outubro de 2011, o valor de R\$ 1,535 bilhão ou 38,2% do PIB, devendo fechar o ano de 2011, em 38,5% do PIB. Para 2012, a perspectiva é de que a dívida seja um pouco menor ficando no patamar de 38,0% do PIB.

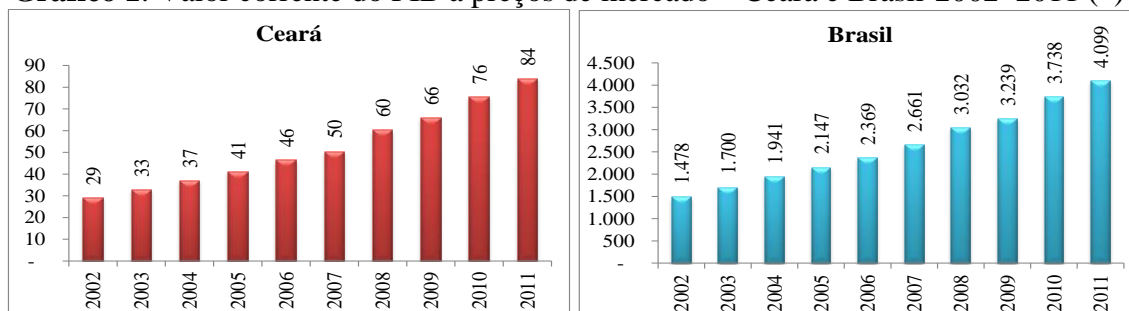
Portanto, todos os indicadores conjunturais de desempenho da economia brasileira sinalizam para a concretização de um quadro conjuntural positivo para 2012. No entanto, o governo brasileiro deve estar atento para a evolução do cenário internacional, com possibilidades de reforçar medidas de incentivo ao mercado interno, o qual sempre tem respondido aos estímulos das políticas econômicas do governo e tem garantido a expansão do nível de atividade econômica.

4. PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA CEARENSE

4.1 Produto Interno Bruto (PIB) em 2011

As estimativas de crescimento da economia cearense, realizadas pelo Ipece apontam uma expansão de 4,1% em 2011, podendo oscilar entre 3,5% e 4,6%. O PIB estadual, em valor, deve alcançar a soma de R\$ 84 bilhões nesse ano, enquanto para o Brasil, a estimativa é de que a riqueza gerada fique em torno de R\$ 4,0 trilhões, como podem ser vistos no Gráfico 1, que destaca a série 2002-2011.

Gráfico 1: Valor corrente do PIB a preços de mercado – Ceará e Brasil-2002–2011 (*)

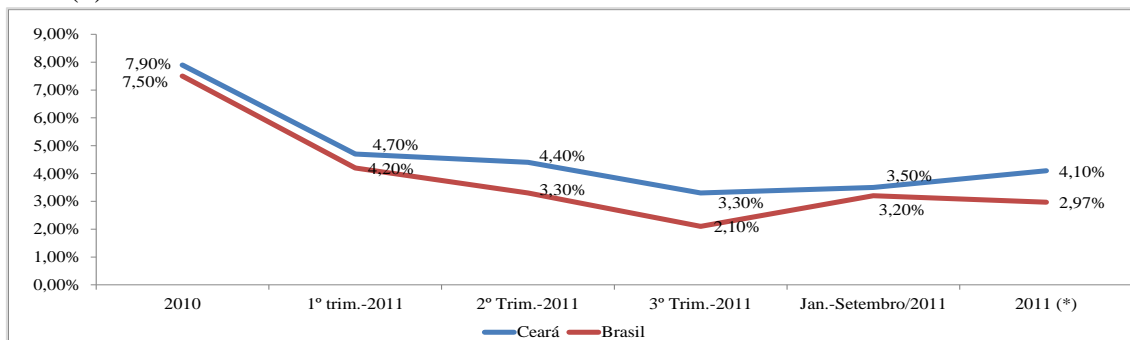


Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Valores em bilhões e preliminares para os anos de 2010 e 2011. Valendo lembrar que o ano de 2010 foi revisto sobre os dados definitivos de 2009.

No acumulado de janeiro a setembro de 2011, o PIB cearense já atingiu a taxa de 3,5% sobre o mesmo período do ano anterior, apresentando taxa novamente acima da verificada para o País (3,2%), mantendo assim a tendência que vem se verificando nos últimos trimestres (Gráfico 2).

Gráfico 2: Taxas de crescimento do PIB a preços de mercado – Ceará e Brasil–2010 – 2011(*)



Fonte: IBGE e IPECE.

(*) As taxas de 2010 e 2011 são preliminares e podem sofrer alterações quando divulgados os dados definitivos.

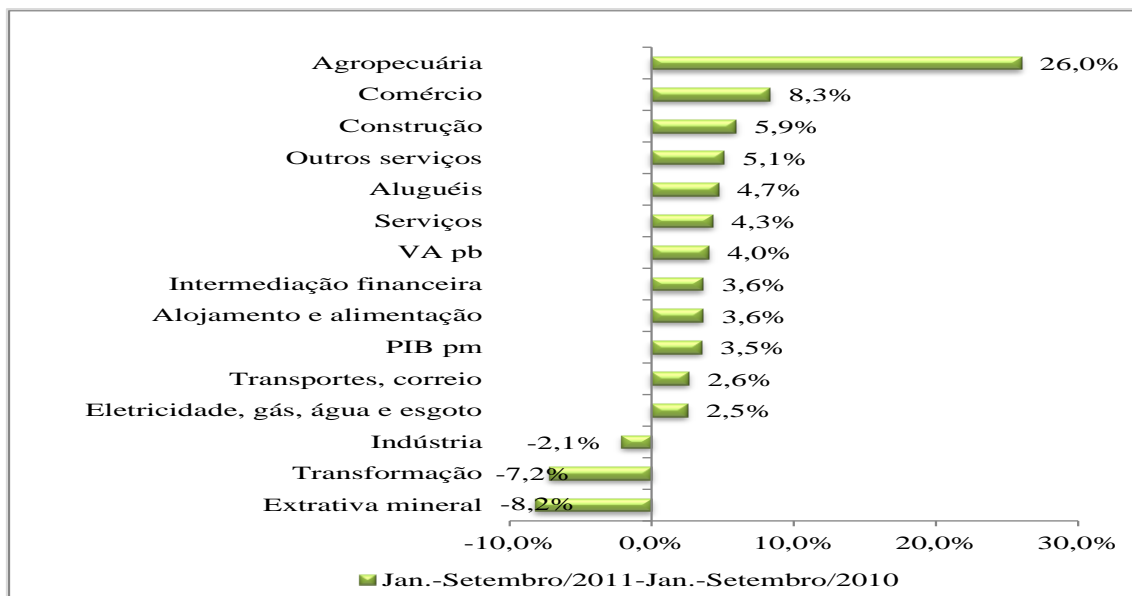
A taxa de 3,5%, obtida pela economia cearense nos nove primeiros meses do ano, sofreu influência da Agropecuária e dos Serviços, que registraram crescimentos de 26,0% e 4,3%, respectivamente, não sendo maior devido ao recuo de 2,1% no desempenho da Indústria no período em análise.

A expansão da atividade agropecuária, em 2011, foi influenciada pela safra recorde de grãos, com 1.305,8 mil toneladas, graças ao bom inverno e às ações implementadas pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), como a distribuição de sementes selecionadas. Nos Serviços, as atividades de Alojamento e alimentação e Comércio registraram desempenho positivo, com taxas de 3,6% e 8,3%, respectivamente. No Comércio, o destaque coube ao segmento varejista que obteve, ao longo do ano, taxas de crescimento acima da média nacional.

Quanto ao setor Industrial, embora a Construção civil e Eletricidade, gás, água e esgoto, tenham registrado taxas positivas, como pode ser visto no Gráfico 3, seus aumentos não foram suficientes para reverter o desempenho negativo da Indústria global, que sofreu influência do fraco desempenho da Indústria de Transformação, cujo peso no setor Industrial, representa aproximadamente, 50%. Esse resultado se explica pela desaceleração das atividades de Alimentação e bebidas, Calçados e couro, Vestuário e

acessório, além de Têxtil, setores de maior participação na composição industrial do Ceará, os quais, nos últimos anos, têm enfrentado problemas de competição externa.

Gráfico 3: Taxas trimestrais (%) dos setores e atividades econômicas – Ceará Acumulado de Janeiro-Setembro/2010 - Janeiro-Setembro/2011



Fonte: IPECE.

O ritmo de crescimento do Ceará, ao longo de 2011, determinou uma expansão no mercado de trabalho, muito embora em um ritmo menor do que o registrado em 2010. Na verdade, de janeiro a novembro de 2011, foram gerados 62,25 mil empregos formais, sendo 27,66 mil gerados pelo setor de Serviços; 14,84 mil, pelo o Comércio; e 9,77 mil pela Construção civil (Tabela 1).

Tabela 1: Evolução do emprego formal por atividades – Ceará – 2007-Janeiro-Novembro/2011

Setores/Atividades	2007	2008	2009	2010	2011
Geral	39.722	41.441	64.436	84.550	62.251
Indústria Extrativa mineral	48	165	175	223	435
Indústria de Transformação	13.340	6.716	21.130	14.161	5.774
Indústria metalúrgica	905	1.007	100	1.489	887
Têxtil/vestuário	4.867	4.749	3.453	4.837	848
Indústria de calçados	3.753	2.750	12.707	1.799	-824
Alimentos e bebidas	625	2.107	2.601	326	2.102
Construção Civil	3.531	3.344	9.816	16.190	9.767
Comércio	11.156	11.673	12.559	20.675	14.836
Varejista	9.319	9.758	10.436	18.071	13.149
Atacadista	1.837	1.915	2.123	2.604	1.687
Serviços	10.408	16.236	21.439	33.412	27.665
Comércio e administração de imóveis, serviços técnicos	5.197	6.289	7.080	12.198	10.541
Serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção	1.367	6.846	7.498	13.668	6.938
Agropecuária	255	1.311	-1.467	-1.178	3.193

Fonte: Cadastro de Empregados e Desligados (CAGED)/MTE.

Ressalta-se que a Indústria de Transformação, apesar dos problemas enfrentados em suas atividades, em 2011, gerou 5,77 mil postos de trabalho, destacando os empregos formais gerados nas atividades de Alimentação e bebidas (2.102 vagas), Têxtil/vestuário (846 vagas), e Indústria metalúrgica (887 vagas), fato que reforça as expectativas otimistas dos empresários com relação ao futuro da economia.

Quanto ao comportamento dos preços no ano de 2011, o índice que mede a inflação para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, registrou variação de 5,92%, de janeiro a novembro de 2011, taxa inferior à obtida para o país, que foi de 5,97% (Tabela 2). Como se observa, ambas as taxas ficaram fora da Meta Inflacionária, de 4,5%, mas se mantiveram dentro do intervalo de 2,0 pontos percentuais para mais e para menos.

Em 2011 os preços que impulsionaram o índice para cima relacionam-se com os itens dos Grupos de Vestuário, Despesas pessoais e Educação, para citar as maiores variações, o mesmo se verificando no âmbito nacional. Vale lembrar que apesar das perspectivas das safras agrícolas estimadas para o Ceará e o Brasil, é provável que a inflação feche o ano de 2011, próxima ao limite superior da Meta (6,5%). Para o Brasil, em 2012, a previsão contida no Relatório Focus (9/12/2011)/Banco Central é de 5,42%, também fora da meta, mas abaixo do extremo do intervalo, 6,5%.

Tabela 2: Evolução do IPCA – Região Metropolitana de Fortaleza - Janeiro-Novembro/2011

IPCA Geral e Grupos	Ceará		Brasil	
	Jan.-Nov.-2010	Jan.-Nov.-2011	Jan.-Nov.-2010	Jan.-Nov.-2011
Índice geral	5,70	5,92	5,25	5,97
Alimentação e bebidas	9,64	4,91	8,95	5,88
Habitação	4,79	3,42	4,48	6,27
Artigos de residência	4,44	2,30	3,42	0,88
Vestuário	12,06	14,81	6,09	7,42
Transportes	-	0,08	2,11	6,05
Saúde e cuidados pessoais	4,22	5,27	4,66	5,85
Despesas pessoais	5,50	9,09	6,76	7,88
Educação	7,66	8,70	6,16	8,00
Comunicação	0,72	1,09	0,83	1,44

Fonte: IBGE.

4.2 Perspectivas para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2012

Para o ano de 2012, a projeção média de crescimento do PIB cearense é de 5,0%, podendo oscilar entre 4,5% e 5,5%. Os resultados das previsões podem ser vistos na Tabela 3, que apresenta os valores do PIB a preços de mercado correntes, para às economias cearense e nacional e seus respectivos valores do PIB *per capita*, que representa a renda gerada pelas atividades econômicas em relação à população residente. A razão entre o PIB *per capita* do Ceará e Brasil corresponde a 46%.

Tabela 3: Previsões para o Produto Interno Bruto (PIB) e per capita – Ceará – Brasil - 2011-2012 .

Indicadores Selecionados	Ceará		Brasil	
	2011	2012	2011	2012
PIB (R\$ milhões correntes) (*)	84.365	92.671	4.099.166	4.468.266
Crescimento Real do PIB (%) (*)	4,10	5,00	2,97	3,40
PIB Per Capita (R\$ correntes) (*)	9.666	10.518	21.029	22.736
Part. % PIB CE/BR	2,06	2,07	-	-

Fonte: IPECE.

(*) As Projeções para o Brasil foram feitas com base no Relatório Focus (9/1/2011)/Banco Central. O Crescimento real (%) e os Valores correntes do PIB (Ceará e Brasil) são preliminares e podem sofrer alterações.

O crescimento futuro da economia cearense estará condicionado em parte pela própria conjuntura nacional, uma vez que seu sustentáculo maior é o mercado interno, com uma modesta dependência do setor externo. Entretanto, como exposto nas seções seguintes, o conjunto de investimentos públicos que estão sendo realizados no Ceará nos últimos anos, vem garantindo uma dinâmica própria na economia, acelerando nosso crescimento por vezes acima da média nacional.

De modo geral, estão previstos resultados para a economia cearense em 2012 melhores que os alcançados em 2011. No entanto, para alcançá-los, espera-se que os segmentos que têm dado respostas positivas, como o Comércio varejista e a Construção civil, continuem em ritmo de crescimento, bem como se verifique uma recuperação das atividades industriais cearenses.

4.3 Produção Agropecuária

Este setor constitui-se na parte mais frágil da economia cearense em termos de uma previsão mais consistente, tendo em vista sua vulnerabilidade frente às oscilações climáticas. Mesmo com uma participação pequena na composição do PIB cearense, em torno de 5%, o setor Agropecuário exerce uma influência forte sobre outras atividades, como a indústria alimentícia e o comércio exterior, fornecendo, principalmente, matérias-primas, sem falar evidentemente no seu impacto social.

Como se sabe, os anos de 2009 e 2010 não foram positivos para a Agropecuária cearense, enquanto 2011 está sendo um ano de recuperação, com uma safra de grãos fechando o ano em 1,3 milhão de toneladas, o que representa um crescimento de 287,2% sobre a safra de 2010. Um bom resultado da Agropecuária influencia também, positivamente, nos índices de preços, tendo em vista que o grupo de maior peso nos índices que mensuram a inflação, tanto a brasileira, como a cearense, Alimentos e bebidas (em torno de 25%), é composto, em sua maioria, de produtos agrícolas.

Nessa perspectiva, o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), indica para a região Norte e Nordeste do Brasil, em 2012, a probabilidade de 40% das chuvas ocorrerem na categoria normal e 35% na categoria excessiva, com a ocorrência do fenômeno La Niña. Se as precipitações se confirmarem dentro dessas previsões, pode-se esperar um cenário favorável para a agricultura. No entanto, é importante notar, também, que não apenas o risco de chuvas excessivas, mas também a distribuição temporal e espacial são fatores prejudiciais à produção agrícola.

Por outro lado, os bons resultados da produção de grãos obtidos, em 2011, com recorde da produção, tornam a perspectiva de crescimento em 2012 mais limitadas, dado que se parte de uma base elevada. Assim, caso as condições climáticas se configurem favoráveis, em 2012, os resultados da safra devem se aproximar do que ocorreu em 2011.

Outros fatores podem compor o cenário da Agropecuária cearense, em 2012, citando as políticas públicas, como as relacionadas à proteção fitossanitária, em parceria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com Governo do Estado do Ceará, que tem a intenção de melhorar o padrão sanitário, destacando a febre aftosa.

No âmbito estadual, as políticas públicas prevêem diversas ações voltadas ao enfrentamento da pobreza rural, as quais estão inseridas em programas setoriais, promovendo a inclusão produtiva. Dentre essas ações destacam-se a aquisição e distribuição de leite no âmbito do Programa Leite Fome Zero e a aquisição e distribuição de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos, ambos do Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado, onde serão destinados R\$ 46,62 milhões e 6,6 milhões, respectivamente, em 2012. O conjunto de ações na linha de combate à pobreza, no âmbito da agricultura, terá investimentos significativos, em torno de R\$ 210,11 milhões. A extensão rural também mereceu uma atenção especial no orçamento estadual para 2012, serão destinados para esse segmento R\$ 104,02 milhões.

Com relação à castanha de caju, ainda um dos principais produtos da pauta de exportação do Ceará, observa-se uma fragilização desse setor nos últimos anos, com a ocorrência de eventos climáticos e sanitários que afetaram a produção, bem como preços não remuneratórios para o produtor que levaram à falta de investimentos nas áreas plantadas. Diante disso, espera-se que em 2012 essa cultura seja foco de medidas visando incentivar a cadeia produtiva e iniciar uma equalização, principalmente para os produtores que têm sido prejudicados, a despeito de serem o principal elo da cadeia. A adoção de medidas de estímulo à cajucultura no Ceará será de suma importância, visto que o estado detém uma participação de 45,% da produção nacional.

Portanto, caso não ocorram chuvas excessivas, pode-se esperar uma produção de grãos dentro da média em 2012, ainda que seja menor a probabilidade de crescimento da produção, em função da produção recorde observada em 2011, como já citado. A menor dependência da fruticultura em relação às chuvas, dada à participação da fruticultura irrigada, suscita a manutenção da tendência de crescimento da produção.

4.4 Indústria Cearense

O setor Industrial cearense é composto por quatro ramos, a destacar: a Indústria Extrativa mineral, Indústria de Transformação, Construção civil e Eletricidade, gás, água e esgoto. Vale ressaltar que o Setor é muito influenciado pelo desempenho da Indústria de Transformação, tendo em vista seu peso, já mencionado. Os dados disponíveis para a Indústria cearense, de janeiro a setembro de 2011, já asseguram uma

taxa negativa de 2,1% sobre igual período de 2010, explicado em parte pela queda na produção da Indústria de Transformação.

Assim, o desempenho da Transformação cearense, em 2011, está refletindo, além de uma elevada base de comparação, que foi o ano de 2010, problemas de competição externa e as oscilações da taxa de juros. Ainda relativamente ao desempenho da Indústria de Transformação em 2012, o ambiente instável na economia internacional deve continuar a dificultar as vendas externas, tendo em vistas que parte dos parceiros comerciais da Indústria de Transformação cearense são os países que estão com problemas em suas economias. Neste caso, os setores voltados à exportação continuarão sendo prejudicados.

Numa visão sobre a Indústria global, o possível agravamento da crise externa deve incentivar o governo a intensificar as medidas contracíclicas, com o intuito de amenizar as repercussões na economia doméstica, como ocorreu em 2009.

O próprio desempenho da economia cearense é outra variável a influenciar o comportamento da Indústria em 2012 e, aqui, os investimentos realizados pelo governo Estadual terão um papel relevante.

A repercussão da aplicação desse montante na atividade industrial deve ocorrer, especialmente, na Construção civil, resultado direto das obras de infraestrutura, e naqueles setores com os quais mantém interrelações. Por outro lado, a expansão da renda, em virtude da injeção de recursos, deve favorecer o consumo da população cearense com efeitos indiretos e melhor distribuídos sob a produção dos diferentes setores da indústria local.

4.5 Serviços, Comércio e Turismo

Os Serviços representam, aproximadamente, 70% da economia cearense e dentre suas atividades, o maior destaque cabe ao Comércio, em particular o varejista, que desde 2004 vem crescendo. Seu crescimento, anualizado, já acumulava até outubro uma taxa de 12% contra 8,8% (Brasil), nos últimos doze meses, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)/IBGE.

Para 2012 as previsões relativas ao setor de Serviços são positivas, ao se destacar as últimas medidas do Governo Federal direcionadas ao Comércio, sobretudo, como a

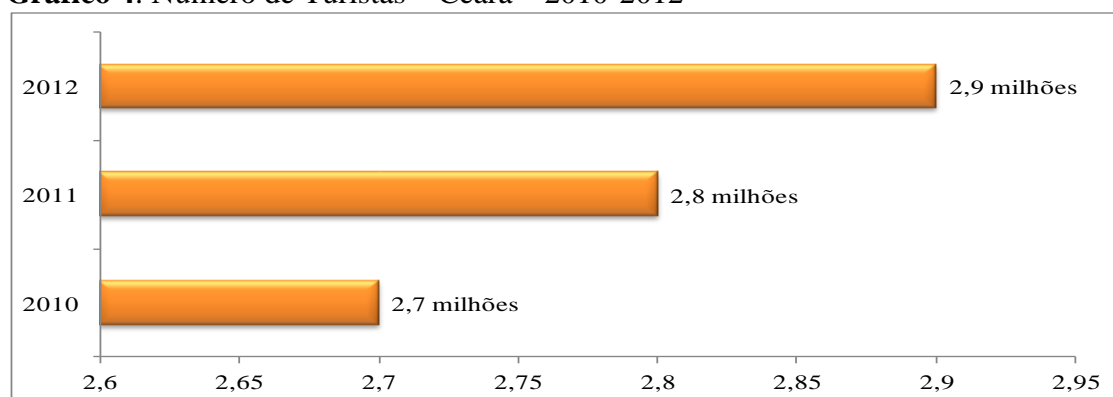
redução da taxa de juros, de impostos (IPI) incidentes nos produtos industriais, mas com abatimento nas vendas comerciais, por atingir bens de amplo consumo interno, como a linha branca de produtos (geladeira, fogão e máquina de lavar), massas alimentícias e materiais de construção, o que impactará positivamente nas vendas desses.

Existe ainda, segundo informação da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), uma perspectiva de que as vendas de veículos no mercado brasileiro atinjam entre 3,77 milhões a 3,81 milhões de unidades em 2012, representando uma alta de 4% a 5% nas vendas, decorrente da política adotada pelo Governo Federal para os carros importados. Há uma expectativa de redução de IPI para as vendas de carros novos.

Outra atividade que promete contribuir para a economia cearense, em 2012, é o turismo, devido às ações que estão sendo implementadas em 2011 e que continuarão ao longo do próximo ano, como a conclusão do Centro de Eventos, cuja inauguração trará um maior número de turistas para visitar a capital cearense, notadamente ligado a feiras culturais e de negócios, possibilitando a geração de emprego e renda em períodos de baixa estação.

Com essa perspectiva a Secretaria do Turismo do Ceará estima fechar o ano de 2011 com a visita de 2,8 milhões de pessoas ou 3,7% a mais do que o número registrado em 2010, 2,7 milhões de turistas. Em 2012, o Ceará pretende receber 2,9 milhões ou 3,6% a mais do previsto para 2011(Gráfico 4).

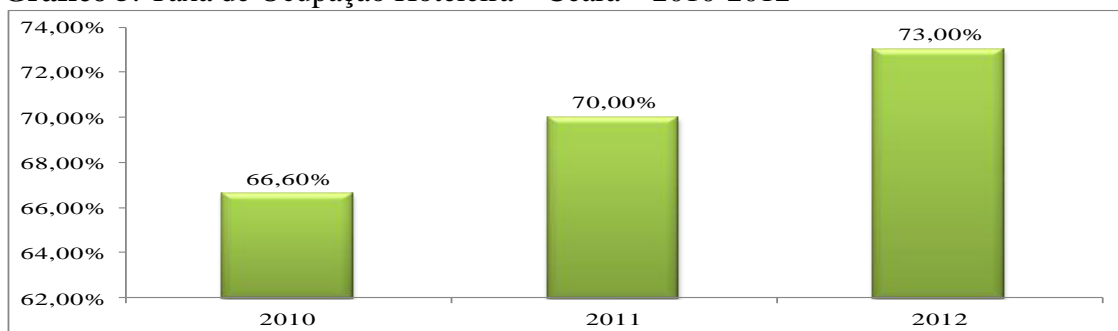
Gráfico 4: Número de Turistas – Ceará – 2010-2012



Fonte: Secretaria do Turismo (SETUR).

Corroborando com as previsões de turistas, nos anos 2011 e 2012, a taxa de ocupação hoteleira atingirá em 2011 o patamar de 70%, superior a registrada em 2010 (66,6%). Para 2012 a taxa deverá se elevar para 73%, como pode ser vislumbrado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Taxa de Ocupação Hoteleira – Ceará – 2010-2012



Fonte: Secretaria do Turismo (SETUR).

Por fim, outro fator que poderá influenciar o setor de Serviços, em 2012 é a adoção do novo valor do salário mínimo (a maior dos últimos seis anos), que deverá incrementar as vendas do Comércio, sendo considerado, portanto um dos principais fatores a explicar o crescimento econômico previsto para o Ceará de 5,0%.

4.6 Comércio Exterior

A corrente de comércio internacional do Ceará, que corresponde à soma das exportações e importações, deverá continuar crescendo em 2012, dado o comportamento que o setor externo cearense vem apresentando nos últimos meses, ampliando e diversificando tanto a pauta de produtos, como as negociações entre os países. No entanto, como já comentado anteriormente, o cenário internacional encontra-se em um momento incerto, com possibilidade de recessão na Europa e a lenta recuperação da economia americana, e poderá influenciar os resultados esperados, para o próximo ano.

Nos últimos anos, as exportações cearenses, sobretudo dos grupos de calçados, produtos têxteis e vestuários, vêm enfrentando problemas com a concorrência internacional. Neste sentido, para 2012, o Governo Federal já está adotando medidas que oferecem condições favoráveis para melhorar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo. O Plano Brasil Maior, por exemplo, concede incentivos à indústria nacional, como no que concerne à desoneração da folha de pagamento, e criou o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA), que permite o ressarcimento para a empresa, de até 3% do valor exportado de bens industrializados. O Plano contempla, ainda, uma Medida

Provisória (MP) que desonera a folha de pagamento dos setores coureiro-calçadista, vestuário, de tecnologia da informação (TI) e de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Outra MP atrelada ao Plano Brasil Maior refere-se à criação do Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), que beneficia os fabricantes de equipamentos e insumos de reabilitação e acessibilidade com empréstimos a juros subsidiados pela União e a ampliação das atribuições do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para que atue em conjunto com a Receita Federal para verificar se os produtos estrangeiros cumprem todos os requisitos exigidos para os produtos brasileiros.

De qualquer maneira, em 2012, é provável que as exportações cearenses enfrentem problemas de mercado, visto que os principais países compradores, como Estados Unidos, Argentina, Holanda, Reino Unido e Itália, os quais respondem por mais de 55% de todas as exportações cearenses, encontram-se com suas economias fragilizadas, sem perspectivas de alterações no curto prazo. Além disso, há também o câmbio, que ainda está desfavorável às exportações brasileiras, tornando os preços dos produtos nacionais mais elevados frente ao mercado internacional.

As expectativas relativas ao desempenho das importações, em 2012, são de que continuem crescendo a um ritmo mais acelerado do que as exportações, em função da manutenção da trajetória de expansão prevista para a economia cearense, bem como das medidas adotadas pelo governo brasileiro, em dezembro de 2011, autorizando a redução do imposto de importação para 298 produtos.

Os produtos com redução de impostos são bens de capital (máquinas e equipamentos para produção) e bens de informática e telecomunicação. Esses itens terão seu imposto reduzido de 14% (bens de capital) e de 16% (bens de informática) para 2% até 31 de dezembro de 2012. Os países asiáticos deverão ser os principais fornecedores, com destaque para a China, além dos países já tradicionais em máquinas equipamentos como Alemanha, Itália e Dinamarca.

Outro aspecto a destacar são as obras voltadas para a Copa de 2014, que irão demandar muitos equipamentos de construção e cimento. Conforme a pauta de importação cearense de 2010, o Ceará já vem importando muito desses bens. Também existe

indicativo para o aumento da importação de insumos industriais, que atualmente são adquiridos na própria indústria brasileira, devido à perspectiva da valorização cambial, tornando os preços menores.

Quanto à importação de combustíveis e minerais, estes devem continuar ocorrendo em grande quantidade, visto que o Pecém é um dos portos brasileiros que possui uma boa estrutura de armazenamento e distribuição desses produtos. O mercado de petróleo e gás natural prevê um aumento nessas *commodities* para o ano de 2012.

4.7 Finanças Públicas

De acordo com o projeto de Lei do Orçamento de 2012¹, o Governo do Ceará estima uma receita de, aproximadamente, R\$ 17,02 bilhões e uma despesa (excluindo o pagamento de juros) de R\$ 16,75 bilhões, projetando, assim, um superávit primário de R\$ 262 milhões.

Quanto às receitas, pode-se destacar que alguns fatores poderão afetar seu ritmo de crescimento. O primeiro está relacionado a um baixo desempenho do PIB estadual no próximo ano, especialmente por conta da crise, mas, como já destacado nesse documento, é pouco provável que isso ocorra.

O segundo fator está relacionado à queda de repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), por conta da recente redução da alíquota de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), pelo Governo Federal para alguns produtos, com vistas a aumentar o consumo de bens pela população. Assim, parte da redução das receitas estaduais, decorrente do FPE, pode ser compensada pelo incremento da arrecadação de ICMS (Imposto sobre Consumo de Mercadorias e Serviços), o que poderá atenuar as potenciais perdas.

Destaca-se, ainda, por outro lado, que algumas ações da Secretaria da Fazenda podem contribuir fortemente para o crescimento da arrecadação estadual no próximo ano. Dentre as quais pode-se destacar a redução, em média de 10,45%, da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a continuidade da política de redução e isenção do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a

¹ Dados preliminares passíveis de mudanças após as emendas legislativas.

ampliação da base de incidência do imposto e por conseqüência, aumento da arrecadação.

Ademais, a ampliação do Programa Nota Fiscal Eletrônica, a modernização do setor de tecnologia da SEFAZ através da implementação do Sistema de Gestão Tributária SIGET, a implementação de seis scanners para o combate de contrabando e sonegação fiscal em postos de fiscalização localizados na divisa do Ceará e a ampliação do uso de cartão de crédito para o pagamento de impostos estaduais, se constituem importantes ações adicionais que contribuirão para reforçar a arrecadação quando comparado com 2011.

Quanto às despesas orçamentárias, o Orçamento de 2012 prevê que os gastos nas rubricas de saúde e educação serão superiores aos limites legais estabelecidos, alcançando o percentual de 25,8% na educação² e 14,8% na saúde³ representando respectivamente R\$ 2,8 bilhões e R\$ 1,51 bilhão. Já a despesa com pessoal representará 39,51% da receita corrente líquida, valor bem abaixo do limite prudencial estabelecido para o Estado, que é de 46,1%. Portanto, verifica-se, que a previsão de gastos públicos para 2012 está bem abaixo dos limites legais estabelecidos.

Relativamente à dívida pública estadual deve-se observar que, como consta no Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011, o estado do Ceará possuía uma dívida consolidada de R\$ 4,44 bilhões em setembro de 2011, sendo o limite máximo de endividamento do Estado, estabelecido pelo Senado, de R\$ 21,3 bilhões. Ou seja, o Ceará possui capacidade de contrair crédito sem comprometer os limites impostos pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

É importante qualificar este último fato dado que o Orçamento de 2012 prevê a realização de operações de crédito de, aproximadamente, R\$ 1,6 bilhão, sendo esses recursos destinados a importantes investimentos estruturadores da economia do Estado. Nesse sentido, compreende-se que o atual endividamento estadual não constitui limitação à captação de recursos junto a agentes financeiros.

Pode-se concluir que o cenário das finanças públicas cearenses, para o ano de 2012, é bastante positivo, dado que não existem maiores riscos envolvidos na concretização das

² As receitas consideradas para o cálculo desse limite são as receitas tributárias mais as transferências da União menos transferências para os municípios.

³ As receitas consideradas para o cálculo desse limite são as mesmas da educação, sendo deduzido o valor transferido para o Fundeb.

receitas estaduais e o Governo tem se pautado pelo zelo nas contas públicas. Por outro lado, há possibilidades de se recorrer a empréstimos, no mercado interno e externo, sem que os limites de endividamento do Estado sejam comprometidos, fato que permite a obtenção de recursos adicionais para financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento do Ceará.

Entretanto, deve-se ressaltar que, no ano de 2012, deverão ser votadas, no Congresso Nacional, duas matérias que impactarão seriamente as finanças públicas de todos os estados brasileiros e, em especial, as do Ceará. A primeira delas é o Projeto de Lei que regulamentará os repasses do FPE a partir de 2013 e a segunda, a nova regra de partilha dos *royalties* do petróleo. Dessa forma, o Governo Estadual deverá estar atento para as definições dessas novas regras, especialmente a primeira, dado que as futuras regras do FPE poderão causar prejuízos ao Estado, o que poderá exigir medidas de ajuste fiscal já no ano de 2012.

4.8 Cenário Social e de Infraestrutura

4.8.1 Social

As estatísticas disponíveis até o ano de 2011 revelam que o Ceará também vem passando por avanços significativos em vários aspectos de natureza social. Na dimensão de saúde, de acordo com informações da Secretaria de Saúde, a taxa de mortalidade infantil caiu entre 2000 e 2010 de 28,34 para 13,11. Na educação, dados censitários mostram que a taxa de analfabetismo era de 18,78% em 2010, enquanto que no início da década era de 26,54%.

No que diz respeito a indicadores de renda, pobreza e desigualdade, também foi possível observar avanços significativos. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) coletados nos período 2001-2009, pode ser observado um aumento na renda familiar per capita de 35% em todo o período. A renda das famílias cearenses não apenas aumentou, mas tornou-se menos concentrada, conforme mostra o índice de Gini calculado para o mesmo período, que caiu de 0,62 para 0,55. Acompanhando esse crescimento, os indicadores mostram uma redução na proporção de pessoas sobrevivendo com rendimentos abaixo da linha de pobreza.

Mesmo com o retrospecto positivo observado nos últimos anos, o estado do Ceará é caracterizado, historicamente, como um estado vulnerável do ponto de vista social.

Nesse contexto, é imprescindível uma estratégia diferenciada do Governo do Ceará na área social, de forma a garantir que o bom desempenho econômico observado nos últimos anos seja acompanhado por avanços na qualidade de vida da população, especialmente a mais carente.

O Governo do Estado vem dedicando esforços em políticas que promovam conjuntamente o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais. As ações descritas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, por exemplo, evidenciam a importância que o governo vem dando à área social, investindo nos setores da educação básica; saúde; desenvolvimento social e trabalho; segurança pública; ciência e tecnologia, educação superior e profissional; esporte e lazer; cultura; justiça e cidadania; acesso à justiça e desenvolvimento agrário.

Quadro 2: Orçamento previsto no PPA para o ano de 2012

ALOCAÇÃO DOS GASTOS	VALOR R\$	%
Manutenção e Gestão do Estado ⁽¹⁾	R\$ 5.603.901.131,66	30,60
Social ⁽²⁾	R\$ 4.705.991.340,25	25,69
Infraestrutura ⁽³⁾	R\$ 3.158.475.431,31	17,24
Encargos Gerais ⁽⁴⁾	R\$ 3.117.166.966,84	17,02
Demais secretarias ⁽⁵⁾	R\$ 1.482.340.479,68	8,09
Outros poderes ⁽⁶⁾	R\$ 197.290.723,66	1,08
Reserva de contingência	R\$ 50.188.875,00	0,27
Total	R\$ 18.315.354.948,40	100,00

Fonte: PPA – SEPLAG.

Notas:

(1) Referem-se aos gastos para manutenção da “máquina”, como por exemplo: pagamento de pessoal, contas públicas e locação de mão de obra.

(2) SSPDS, CEE, SEJUS, SDA, SEDUC, SESA, SECULT, SECITECE, SESPORTE, STDS e SPA.

(3) SEINFRA, SRH, SETUR, SCIDADES, CONPAM E SECOPA.

(4) Referem-se principalmente aos gastos relativos à: transferências constitucionais, pagamento da dívida estadual, participação acionária das empresas estatais não dependentes e contribuição patronal do Estado.

(5) DPGE, GABGOV, GABVICE, PGE, SEFAZ, CASA CIVIL, CGE, SEPLAG, CEDE e CGD.

(6) Referem-se aos gastos da atividade-fim dos seguintes órgãos: AL, TCM, TJ e PGJ (exclusive gastos administrativos).

Conforme o Quadro 2, o montante orçado para 2012 na área social chega ao valor de R\$ 4,71 bilhões. Deve-se deixar claro que nesse montante estão excluídos os gastos relacionados à manutenção das secretarias e o pagamento de servidores. O valor orçado para a área social representa 25,69% do total dos gastos orçados pelo Governo do

Estado em 2012 (R\$ 18,32 bilhões), o que sinaliza importantes investimentos nessa área.

O Plano Plurianual estipula algumas metas a serem atingidas durante o quadriênio 2012-2015. Com vistas a alcançar tais metas, o Governo destinará recursos aos programas e às secretarias envolvidas. Algumas das despesas previstas (incluindo investimento e o custeio finalístico, como por exemplo, a manutenção de hospitais e escolas) para execução dos programas no ano de 2012 encontram-se descritos no Quadro 3, onde se destacam, além dos valores absolutos (em R\$), a secretaria responsável e o respectivo programa ao qual o recurso se destina.

Analisando os gastos sociais orçados por área temática, percebe-se que os recursos estimados no setor de educação (39,1%) consistem no maior percentual dos gastos, possuindo um valor absoluto de R\$ 1,83 bilhões, sendo seguido pelos investimentos no setor de saúde (30,7% ou R\$ 1,44 bilhões), desenvolvimento agrário (9,8% ou R\$ 460 milhões), desenvolvimento social e trabalho (5,4% ou R\$ 253,5 milhões) e na área de segurança pública (4,5% ou R\$ 213 milhões).

Quadro 3: Gastos Sociais orçados para 2012 por secretaria e programa excluindo o custeio de manutenção da secretaria e o pagamento de pessoal

ÓRGÃO	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	VALOR EM R\$
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS)	15	SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	145.049.006,02
	12	SEGURANÇA PÚBLICA COMUNITÁRIA	57.638.782,60
	16	GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES	10.045.898,54
	66	PROGRAMA DE GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA	600.000,00
	-	DEMAIS PROGRAMAS - INFERIORES A R\$ 500.000	476.903,84
	-	SUBTOTAL	213.810.591,00
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)	60	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	990.000,00
	-	DEMAIS PROGRAMAS - INFERIORES A R\$ 500.000	370.000,00
	-	SUBTOTAL	1.360.000,00
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJUS)	77	INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA	108.113.587,00
	76	PROTEÇÃO E CIDADANIA	30.933.711,00
	-	DEMAIS PROGRAMAS - INFERIORES A R\$ 500.000	785.256,00
	-	SUBTOTAL	139.832.554,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA)	28	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	221.222.597,53
	29	ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	210.123.404,08
	67	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	28.603.683,86
	-	DEMAIS PROGRAMAS - INFERIORES A R\$ 500.000	340.000,00
	-	SUBTOTAL	460.289.685,47
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)	73	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.411.133.104,55
	14	ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	321.512.925,04
	72	APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	87.700.733,00
	21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	10.398.006,00
	23	IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	3.230.000,00
	24	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.800.000,00
	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.768.596,00
	-	DEMAIS PROGRAMAS - INFERIORES A R\$ 500.000	298.250,00
	-	SUBTOTAL	1.837.841.614,59
SECRETARIA DA SAÚDE (SESA)	37	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	1.265.606.745,47
	30	GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL DO SUS	115.695.343,00
	65	PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE	58.645.295,25
	27	ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	1.191.261,50
	25	ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS	881.230,00
	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	556.600,00
	-	SUBTOTAL	1.442.576.475,22
SECRETARIA DA CULTURA (SECULT)	7	INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ	R\$ 55.885.387,00
	6	MEMÓRIA CULTURAL	R\$ 5.821.542,00
	8	INCENTIVO À LEITURA E AO CONHECIMENTO	R\$ 4.029.407,00
	21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	R\$ 3.372.765,00
	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	R\$ 740.000,00
	-	DEMAIS PROGRAMAS - INFERIORES A R\$ 500.000	R\$ 200.000,00
	-	SUBTOTAL	70.049.101,00
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)	68	EDUCAÇÃO SUPERIOR	82.496.344,79
	70	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	79.179.033,66
	69	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	39.313.038,81
	79	MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ	2.311.159,54
	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	550.000,00
	-	DEMAIS PROGRAMAS - INFERIORES A R\$ 500.000	1.314,02
	-	SUBTOTAL	203.850.890,82
SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE)	71	ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	35.899.056,00
	93	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER	15.862.620,00
	21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	2.905.000,00
	92	CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	1.700.000,00
	-	DEMAIS PROGRAMAS - INFERIORES A R\$ 500.000	340.000,00
	-	SUBTOTAL	56.706.676,00
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS)	50	ASSISTÊNCIA SOCIAL	98.687.577,29
	49	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	61.909.354,81
	24	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	49.728.812,38
	21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	27.097.269,80
	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	9.351.251,28
	27	ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	3.519.054,31
	51	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2.560.841,73
-	DEMAIS PROGRAMAS - INFERIORES A R\$ 500.000	744.631,50	
-	SUBTOTAL	253.598.793,10	
SECRETARIA DA PÊSCA E AQUICULTURA (SPA)	36	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PÊSCA E AQUICULTURA	26.074.959,05
	-	SUBTOTAL	26.074.959,05
TOTAL			4.705.991.340,25

Fonte: PPA – SEPLAG.

Em termos de investimentos (capital físico), o Quadro 4 apresenta o orçamento do Governo do Estado para o próximo ano, constatando-se que mais de 20% dos investimentos previstos serão destinados para a área social, objetivando assim melhorar a condição de vida da população cearense no tocante aos setores da educação, saúde, segurança, esporte e lazer, cultura, entre outros, refletindo conseqüentemente na melhora dos indicadores sociais do Ceará, tendo em vista o direcionamento das políticas do Governo na busca de um crescimento econômico acompanhado de distribuição dos ganhos e inclusão social.

Quadro 4: Investimentos na área social segundo secretarias e o total do estado do Ceará

SECRETARIA	VALOR EM R\$	%
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS)	43.171.910,61	1,02
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)	741.000,00	0,02
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJUS)	51.726.756,00	1,23
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA)	256.634.381,01	6,09
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)	296.200.712,59	7,02
SECRETARIA DA SAÚDE (SESA)	205.641.066,72	4,88
SECRETARIA DA CULTURA (SECULT)	13.220.982,00	0,31
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)	38.369.357,29	0,91
SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE)	14.432.986,00	0,34
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS)	47.592.787,62	1,13
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA (SPA)	15.534.445,05	0,37
TOTAL - ÁREA SOCIAL	983.266.384,89	23,32
OUTRAS SECRETARIAS	3.233.963.361,79	76,68
TOTAL	4.217.229.746,68	100,00

Fonte: PPA – SEPLAG.

O Quadro 5 exibe os gastos totais com pagamento de servidores das secretarias classificadas como sendo da área social e o respectivo total do estado, onde verifica-se que mais de 50% (R\$ 3,17 bilhões) do orçamento destinado ao pagamento de servidores é direcionado para as secretarias que atuam na área social.

É importante destacar que se este montante for somado aos gastos sociais orçados no PPA (Quadro 2), verifica-se que do total planejado no Plano Plurianual, em 2012, 42,98% (R\$ 7,87 bilhões) é destinado para a área social

Quadro 5: Gastos com pagamento de servidores na área social segundo secretarias e o total do estado do Ceará

SECRETARIA	VALOR EM R\$	%
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS)	892.489.883,00	14,56
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)	1.869.785,00	0,03
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJUS)	49.997.706,00	0,82
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA)	90.590.127,63	1,48
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)	1.069.464.747,00	17,44
SECRETARIA DA SAÚDE (SESA)	708.058.523,00	11,55
SECRETARIA DA CULTURA (SECULT)	5.877.562,00	0,10
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)	284.620.738,30	4,64
SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE)	2.270.014,00	0,04
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS)	59.116.088,00	0,96
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA (SPA)	1.201.350,00	0,02
TOTAL - ÁREA SOCIAL	3.165.556.523,93	51,63
OUTRAS SECRETARIAS	2.965.292.334,73	48,37
TOTAL	6.130.848.858,66	100,00

Fonte: PPA – SEPLAG.

Além dos gastos e investimentos na área social planejados no PPA, tem-se também que as expectativas de um bom desempenho da economia cearense em 2012 deverão influir positivamente nos indicadores sociais do Ceará, permitindo, por conseguinte, a redução dos índices de pobreza. Além disso, há a possibilidade desse resultado ser potencializado a partir da redução prevista da desigualdade de renda.

A partir desse crescimento, espera-se um avanço na renda familiar *per capita* no Ceará de, aproximadamente, 2,1%, bem como uma redução da ordem de 1,2% no coeficiente de Gini da renda familiar *per capita*. A combinação desses dois fatores deve provocar melhorias significativas no âmbito social com uma redução estimada da proporção de pobres de aproximadamente 4% no próximo ano⁴.

4.8.2 Infraestrutura

Ciente da importância de projetos estruturantes, que dinamizem as economias, o governo estadual tem investido, nos últimos anos, com recursos próprios, em parceria com o Governo Federal ou com organismos internacionais, um conjunto de obras que trarão retornos importantes para a economia cearense.

⁴ Estimativas obtidas pelos autores com base nos dados da PNAD (1995 a 2009). Considerou-se que a tendência recente continue ocorrendo para o ano de 2012 tanto para a pobreza, quanto para a renda e desigualdade. Utilizou-se a linha de pobreza regionalizada, presentes em Neri (2007), "O Real do Lula".

Com esse intuito, para 2012, estão previstos gastos com a infraestrutura cearense da ordem de R\$ 3,2 bilhões, o que representa 17,24% dos gastos totais indicados no Quadro 6, distribuídos em seis secretarias.

Dentre os diversos projetos estruturantes estaduais, destinados a recursos hídricos, destacam-se o Cinturão das Águas do Ceará (CAC), com início previsto para 2012 e o Eixão das Águas, com conclusão prevista também para o próximo ano. Saliente-se que os dois projetos objetivam a reservas e distribuição de água para o consumo humano, irrigação, agropecuária e indústrias e seus resultados deverão contribuir para o desenvolvimento social e crescimento econômico do Ceará. A totalidade dos gastos na área hídrica, para o próximo ano, será de R\$ 647 milhões, sendo pouco mais de 97% correspondentes aos investimentos públicos nesse tipo de infraestrutura.

No segmento de transportes/edificações/Energia e outros, para 2012, merece destaque o projeto de construções e recuperação de rodovias, no interior do Ceará, visando à interligação municipal, o que possibilitará à interiorização do desenvolvimento socioeconômico mais justo. Para a modernização desses segmentos, no Ceará, estão previstos gastos próximos de R\$ 1,1 bilhão, deste valor aproximadamente 90% referem-se a investimentos públicos realizados pela Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA).

As potencialidades turísticas que colocam o estado entre os principais destinos turísticos do país, no próximo ano, serão reforçadas com ações inovadoras no reaparelhamento do turismo cearense. Com essa visão encontra-se em fase de conclusão o Centro de Eventos do Ceará, que promete atrair eventos de diversa natureza.

Também faz parte dessa inovação do turismo cearense, a criação de um aquário, sob o título de Acquário Ceará, uma estratégia de aumento da competitividade do setor. Sua construção está prevista para 2012 e término para 2013, constitui-se num dos maiores projetos estruturantes previstos para o estado e que possibilitará expansão das atividades ligadas ao turismo e, conseqüentemente, a economia cearense.

Ainda dentro das atividades do turismo, não se pode deixar de citar os aeroportos de Aracati e de Jericoacoara, com previsão de serem concluídos já no próximo ano. Os dois eventos também estão dentro da proposta de interiorização do desenvolvimento. O montante de gastos à disposição da SETUR, para 2012, é de R\$ 331,8 milhões, sendo que 95%, aproximadamente, correspondem a investimentos nesse segmento.

Outro segmento que merece ser ressaltado relaciona-se com os gastos e investimentos que serão necessários para a realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo de 2014. O Ceará foi um dos pioneiros em iniciar as reformas necessárias para estes eventos esportivos, com a reforma do Castelão, que se encontra com, aproximadamente 50% de suas obras concluídas.

Quadro 6: Gastos na área de infraestrutura orçados para 2012 por secretaria e programa excluindo o custeio de manutenção da secretaria e o pagamento de pessoal

ÓRGÃO	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	VALOR EM R\$
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA (SEINFRA)	3	TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	R\$ 1.009.256.691,85
	54	EDIFICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ	R\$ 29.307.000,28
	4	MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	R\$ 27.753.924,00
	5	INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DAS REGIÕES DO CEARÁ	R\$ 10.082.986,63
	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	R\$ 100.000,00
	-	SUBTOTAL	R\$ 1.076.500.602,76
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS (SRH)	39	TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	R\$ 568.206.257,64
	40	ACUMULAÇÃO HÍDRICA	R\$ 66.854.845,74
	41	GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	R\$ 11.915.121,00
	-	SUBTOTAL	R\$ 646.976.224,38
SECRETARIA DO TURISMO (SETUR)	75	CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO "CEARÁ"	R\$ 331.775.307,89
	-	SUBTOTAL	R\$ 331.775.307,89
SECRETARIA DAS CIDADES (SCIDADES)	32	SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$ 330.824.290,97
	33	HABITACIONAL	R\$ 245.096.242,86
	31	DESENVOLVIMENTO URBANO	R\$ 144.509.892,90
	34	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	R\$ 69.737.679,86
	91	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES	R\$ 13.597.816,69
-	SUBTOTAL	R\$ 803.765.923,28	
CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE (CONPAM)	82	GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS	R\$ 32.202.600,00
	90	DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DOS TERRITÓRIOS	R\$ 9.614.934,00
	84	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	R\$ 1.750.000,00
	-	SUBTOTAL	R\$ 43.567.534,00
SECRETARIA ESPECIAL DA COPA 2014 (SECOPA)	89	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014	R\$ 255.889.839,00
	-	SUBTOTAL	R\$ 255.889.839,00
TOTAL			R\$ 3.158.475.431,31

Fonte: PPA – SEPLAG.

Vale lembrar que pela magnitude do evento foi criada uma secretaria de Estado específica para empreender e gerenciar as obras necessárias para a realização dessas competições esportivas, a Secretaria Especial da Copa. A SECOPA conta com um gasto estimado em R\$ 256 milhões para conduzir suas ações em 2012.

Enfim, para dar suporte a proposta de desenvolvimento socioeconômico do Ceará, nos próximos anos, faz-se necessário que se tenha uma infraestrutura qualificada, em todos os setores: de transporte, estradas, água, energia e comunicação. Nessa linha, destaca-se o Cinturão Digital que consta de implantação de infraestrutura de transporte de dados em alta velocidade, além de aumentar a eficiência em diversas áreas, como, por exemplo, segurança pública, saúde e educação. A conclusão do projeto está previsto para 2012.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da possibilidade de agravamento da crise internacional com reflexos sobre a economia brasileira, o ano de 2012 aparenta ser promissor para a economia cearense. O cenário otimista pode ser explicado principalmente pela forte capacidade que o Estado vem apresentando na realização de investimentos com recursos próprios, especialmente em projetos na área social e em investimentos estratégicos estruturantes. Essas despesas terão reflexos nos diversos segmentos da atividade econômica, especialmente no setor da construção civil e serviços, este último representa a maior parte na composição do PIB cearense.

A sustentação de taxas de crescimento continuadas acima da média nacional, como vem ocorrendo nos últimos anos, passam a ser fortemente influenciada pela capacidade arrecadatória do Estado e no controle das despesas improdutivas, especialmente aquelas referentes ao custeio. O grande desafio que se avizinha é estabelecer ações que possam transbordar o sucesso verificado em termos do desempenho econômico, na melhoria da condição de vida da população, especialmente a mais pobre. Para tanto, a avaliação das políticas já utilizadas na área social constitui-se assim num grande objetivo a ser perseguido no próximo ano.